



## ENTREVISTA

### **20 anos da lei 10.639/03: Sociologia, Educação e ensino étnico-racial: entrevista realizada com Marcelo Cigales**

### **20 Years of Law 10,639/03: Sociology, Education, and Ethnic-Racial Teaching**

#### **Ana Clara Damásio**

Doutoranda pelo PPGAS/UnB

Universidade de Brasília.

E-mail:

[anaclarasousadamasio@gmail.com](mailto:anaclarasousadamasio@gmail.com)

#### **Síntese biográfica**

Marcelo Pinheiro Cigales é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). É licenciado em Ciências Sociais (2012) e mestre em Educação (2014) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), doutor (2019) e pós-doutor em Sociologia Política (2021) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

#### **Introdução**

Lembro-me da primeira vez em que fui exposta à temática étnico-racial em sala de aula (embora na época não fosse apresentada ou tratada dessa forma). Eu morava no interior de Goiás, frequentava uma escola pública e tinha 7 anos. Meu professor de História, um homem negro, propôs a realização de uma feira culinária. A ideia era levar "pratos típicos brasileiros", mas apenas aqueles associados à população negra e indígena. Ao chegar em casa, contei à minha mãe o que aconteceria na escola. Ela imediatamente sorriu e disse: "Vou fazer um mugunzá para você levar". Eu sabia o que era mugunzá. Era a famosa receita da vó Nita, mãe da minha mãe. Minha mãe misturou milho, feijão, pedaços de porco e preparou um "prato típico brasileiro". Levei o mugunzá para a sala de aula e todos os meus colegas comeram, assim como degustaram muitas outras comidas "típicas" naquele dia. Quando o professor passou pela minha mesa e provou o mugunzá, que era da minha avó, da minha mãe e também meu, ele começou a falar sobre como aquela comida era uma contribuição "dos negros" para a "nação brasileira". Foi a primeira vez que percebi que nós poderíamos ter auxiliado com algo para a "nação". Depois desse dia, levei quase dez anos para ter contato novamente com a temática étnico-racial no ambiente escolar.

O tempo passou e, ao me tornar antropóloga e me envolver com o Laboratório de Sociologia Lélia Gonzalez da UnB, coordenado pelo professor Marcelo Pinheiro Cigales, comecei a repensar toda a minha formação e trajetória escolar. Além disso, comecei a refletir sobre a relação entre Sociologia, educação e ensino étnico-racial. Essa reflexão não é coincidência, assim como refletir sobre a Lei 10.639/03 também não é.

A Lei 10.639/03<sup>1</sup> é uma legislação brasileira que determina o ensino obrigatório de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas já presentes nos currículos do ensino fundamental e médio. Além disso, estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Em 2023, a Lei 10.639 completa 20 anos. Entre a realidade do cotidiano escolar e a teoria, entre a aplicação efetiva da lei e a vivência dos professores, sabemos que há distâncias que são constantemente negociadas e operacionalizadas. No entanto, a Lei 10.639/03 existe e seu marco deve ser considerado não apenas uma conquista do Movimento Negro, mas também um movimento em direção à consolidação de um ensino comprometido com a mudança e a justiça social.

Justamente por isso, é importante, neste momento histórico, repensar a Lei 10.639/03, suas vantagens e conexões com o Ensino de Sociologia. Portanto, convido o professor Marcelo Pinheiro Cigales para realizar uma reflexão sobre a Lei 10.639/03. Marcelo Pinheiro Cigales é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). É licenciado em Ciências Sociais (2012) e mestre em Educação (2014) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), doutor (2019) e pós-doutor em Sociologia Política (2021) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou mobilidade acadêmica internacional na Universidade de Coimbra (2009) e um período de pesquisa no Centro de Investigação Manuais Escolares (MANES) da Universidad Nacional de Educación a Distancia em Madrid (2017) financiado pela CAPES. Coordena o Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez (registrado no CNPq), o PIBID na área de Sociologia na UnB (2020/2022), e o projeto de extensão voltado ao acompanhamento e análise da Reforma do Ensino Médio na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em escolas do Distrito Federal. Suas pesquisas e áreas de orientação voltam-se para a história do ensino de Sociologia no Brasil, os manuais e livros didáticos de Sociologia, a formação de professores em Ciências Sociais e a relação entre a Sociologia da Educação e Ensino de Sociologia. É filiado a Sociedade Brasileira de Sociologia, Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais e Associação Internacional de Sociologia. Esperamos que essa entrevista apresente os caminhos percorridos até agora, mas também sirva como um indicativo de futuros e possibilidades.

---

<sup>1</sup> A Lei 10.639/03 modifica a Lei 9.394, datada de 20 de dezembro de 1996, que define as diretrizes e fundamentos da educação nacional, com o intuito de incorporar, no currículo oficial da Rede de Ensino, a exigência da inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira," juntamente com outras disposições complementares.

**Ana Clara Damásio:** Olá professor Marcelo Cigales, poderia falar um pouco sobre sua trajetória e formação (e a relação delas com o Ensino de Sociologia)?

**Marcelo Cigales:** Minha trajetória de formação escolar iniciou-se em 1996 quando completei sete anos de idade. Eu venho de uma família camponesa do interior do Rio Grande do Sul, nasci numa cidade chamada Canguçu, e cresci minha infância e parte da adolescência no campo. Meus avós e pais, por viverem longe dos centros urbanos não tiveram acesso ao prolongamento dos estudos, pois existiam poucas escolas rurais naquela região denominada terceiro distrito de Canguçu, mais especificamente nas localidades do Boqueirão e Costa do Bica. A escola que chegava lá, nessas regiões rurais distantes, era até no máximo a quarta série do ensino fundamental, e os professores eram pessoas que viviam naquelas regiões, na maioria das vezes não tinham completado o ensino fundamental. Daí que eu me alfabetizei numa escola rural, que oferecia da primeira à quarta série do ensino fundamental. A escola era muito pequena, tinha cerca de 10 estudantes e uma professora que se responsabilizava pela escola. É importante ressaltar isso, pois a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) vai ocorrer algumas mudanças, logo em seguida já no final dos anos 1990, haverá a criação de uma escola maior que oferecerá todo o ciclo do ensino fundamental, no entanto para estudar o ensino médio eu tive que migrar para a cidade. Isso ocorreu em 2004, quando ingressei no Internato da Escola Estadual Canguçu, que oferecia ensino médio e técnico em Contabilidade e Agricultura. Para poder viver na escola tive que cursar Técnico em Agricultura, então fiz o ensino médio concomitante. Apesar de na minha adolescência eu ter trabalhado no campo, nas lavouras de milho e feijão, assim como com o trabalho na pecuária o que requer às vezes passar o dia montado no cavalo percorrendo longas distâncias entre a casa e os pastos onde se encontravam esses animais para o cuidado, eu não gostava muito da vida pacata e pouco povoada do campo. Assim, ter a possibilidade de sair de casa para estudar aos 15 anos, não foi um choque para mim. Eu tentei aproveitar ao máximo todas as atividades curriculares e extracurriculares que a escola proporcionava, me inseri no clube de xadrez, fiz parte do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) estudantil e de seu grupo de dança regionalista, bem como, acompanhava as aulas de reforço das disciplinas que tinha mais dificuldade. Acho que morar na escola e ter contato com todas essas atividades, me fez pensar que era possível seguir estudando e também cursar o ensino superior, pois era muito difícil pensar em termos de trajetória social, esse deslocamento, ser o primeiro da família a talvez ingressar no ensino superior.

No final de 2006 eu fiz o vestibular para Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), graças a um conselho que tive de um monitor do Internato, que na época fazia Ciências Sociais e conversando com ele, decidi prestar o vestibular, pensando também em um curso que não fosse tão concorrido e que eu pudesse depois, caso não me identificasse, ingressar em outro. Passei em penúltimo lugar, na 29ª posição. Em 2007 fui

morar em Pelotas, e lá ingressei na Casa do Estudante Universitário, como estudante de baixa renda também podia usufruir do Restaurante Universitário. Daí foi todo um novo horizonte que surgiu viver numa "cidade grande", outras oportunidades surgiram naquele momento, fui bolsista de extensão em projetos vinculados ao Departamento de Intercâmbio e Programas Internacionais (DIPI), também trabalhava num bar as madrugadas dos finais de semana, até me aproximar mais das disciplinas da licenciatura já na segunda metade do curso, quando fui bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), entre 2010 e 2011. Também nesse momento, participei como professor voluntário de Sociologia de um Curso Pré-vestibular voltado para pessoas de baixa renda. No final da faculdade, pensei em fazer mestrado em Ciências Sociais, pesquisando as metodologias de ensino voltadas a Sociologia escolar; no entanto, era muito difícil encontrar orientação nessa área. Assim, me direcionei para o Mestrado em Educação, a partir de um projeto sobre História da Educação, voltado a pensar a história do ensino de Sociologia no Brasil. Defendi a dissertação em 2014, e logo entrei também com um projeto voltado à história do ensino no Doutorado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, onde consegui uma bolsa de doutorado, e tive várias experiências bastante interessantes que me inseriram no campo de pesquisa sobre o ensino de Sociologia no Brasil, seja organizando dossiês, participando de congressos ou como professor substituto nessa mesma universidade atuando na formação de professores de Sociologia.

Tive que resumir e dar uma linearidade para muitas coisas que na verdade nunca são assim tão objetivas, mas queria só ressaltar que sem a escola pública, as políticas de assistência estudantil e, certamente, sem o investimento no ensino superior ocorrido nesse período, eu não estaria hoje aqui, trabalhando como professor efetivo da universidade pública, pois é muito difícil em termos sociais fazer com que trajetórias como essa se concretizem. Não se trata apenas de uma questão de esforço, de meritocracia; é muito importante que as pessoas possam ter oportunidades para que essas possibilidades estejam dentro do seu horizonte profissional.

**Ana Clara Damásio:** Entrando agora na Lei 10.639/03. Qual a importância da criação da Lei?

**Marcelo Cigales:** A Lei é de 2003 e foi aprovada logo no início do mandato da primeira gestão Lula. Eu acho que a Lei é uma vitória da luta do Movimento Negro no Brasil. Penso que a gente (cientistas sociais) fala pouco da relevância do Movimento Negro como um movimento social. Reconhecer a importância desse movimento social que é o mais antigo do país, podemos ir até Quilombo dos Palmares, se quisermos datar historicamente.

Agora falando desses avanços mais recentes, acredito que a Lei 10.639/03 é muito relevante para tornar as referências culturais africanas e afro-brasileiras formas positivas para

pensarmos a formação da cultura brasileira. Penso que é muito importante a gente conhecer essa história dos valores, das culturas, das contribuições dos povos Africanos para o que hoje conhecemos como "Cultura Brasileira" e aqui me inspiro muito em Lélia Gonzalez, com aquele artigo famoso intitulado "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (GONZALEZ, 2020).

Claro que essa é uma história de lutas, de resistências, de sobrevivência, de adaptação forçada, de genocídio, de tudo que o povo negro escravizado vivenciou durante o período colonial escravocrata e, depois durante a República, de toda a institucionalização de uma política de exclusão dessa população que se faz presente até hoje e que também deve ser abordado pelos currículos escolares. No entanto, não podemos nos restringir somente a isso. Também é preciso abordar o lado da religiosidade, dos afetos, da culinária, dos saberes ancestrais, da música, das danças, de tudo que acaba sendo central pra gente pensar nossa identidade e também isso que chamamos de povo brasileiro.

A Lei, nesse sentido, dá passos importantes ao fazer com que o Estado reconheça essa contribuição e insira isso de forma obrigatória nos currículos escolares. Claro que há uma diferença enorme entre "dizer o que precisa ser ensinado" e "o ensino propriamente dito"; são coisas muito diferentes, mas pelo menos agora podemos cobrar, fiscalizar, pesquisar e encontrar os desafios que ainda precisamos superar para que de fato possamos pensar na superação da "neurose da cultura brasileira" como afirma Lélia Gonzalez (2020) ao se referir a tentativa de apagar essa memória, de toda essa contribuição dos povos negros na construção do Brasil.

**Ana Clara Damásio:** Qual a relevância da Lei 10.639/03 para o Ensino de Sociologia?

**Marcelo Cigales:** Eu diria que é central pra gente pensar um Ensino de Sociologia que de fato esteja preocupado em pensar o Brasil. Eu acho que poderíamos construir todo um programa de ensino de Sociologia para o ensino médio em consonância com o que diz a Lei 10.639/03, ou pelo menos tendo por chave as questões étnico-raciais no Brasil. Sem a gente avançar nessa discussão não damos conta de avançar no projeto de uma sociedade democrática de fato.

Precisamos discutir as relações étnico-raciais não só olhando para os povos negros e indígenas, mas também para os brancos, e toda a estrutura historicamente construída no Brasil para seu processo de embranquecimento a custo da marginalização e extermínio de todos os outros povos. Sem tocar nisso, não avançamos, porque isso é o cerne para falar de organização política, econômica, cultural e social. Hoje não dá mais pra isolar conceitos, dizer agora vamos estudar os movimentos sociais, ou vamos estudar o que é a política sem inserir raça, classe e gênero. Está tudo conectado, e pra gente avançar, pra gente compreender isso, precisamos pautar o que é o Brasil? Como o Brasil se forma? Como podemos entender as desigualdades sociais?

Como podemos entender o que é a Política? Como entender a formação dos privilégios, do patrimonialismo, etc? Qual cor e gênero tem aqueles que ocupam os lugares de maior poder político, econômico e de comunicação no país?

A Lei 10.639/03 ao focar na história e na cultura Africana e Afro-brasileira, nos dá a possibilidade de falar de tudo isso. E sendo a Sociologia escolar uma disciplina que busca desnaturalizar e estranhar o mundo social, como dirá as Orientações Curriculares Nacionais da Sociologia (2006), ou voltada a "imaginação sociológica" termo cunhado por Charles Wright Mills (1972) para denominar essa capacidade de relacionar a história individual com os processos sociais mais amplos a fim de compreender as múltiplas relações entre ambos, pois nossas biografias não são desconectadas dos processos mais amplos e, conseqüentemente, influenciadas por eles. Então penso que a Lei 10.639/03 nos impulsiona a fazer uma Sociologia, uma ciência social com interesse de pensar os problemas sociais do Brasil, e também a buscar soluções coletivas para o enfrentamento dos projetos de poder que buscam tornar natural e, portanto, não questionáveis, essas desigualdades sociais historicamente construídas e incorporadas a partir dos processos de socialização primária e secundária, da qual a escola é um dos locais chaves para isso.

**Ana Clara Damásio:** Qual é a pertinência da complementaridade da Lei 10.639/03 com a Lei 11.645/08?

**Marcelo Cigales:** Eu acho que é a mobilização política entre os povos negros e indígenas na luta pelo reconhecimento das suas contribuições para a formação do país. Eu falo povos no plural, porque de fato somos constituídos a partir de diferentes lugares sociais e geográficos: podemos falar dos marcadores sociais - raça, gênero, classe, entre outros, mas podemos falar também dos diferentes espaços geográficos, das regiões, cenários urbanos e rurais - penso que a partir da aprovação da Lei 10.639/03, outras pautas progressistas também puderam ser avançadas no Congresso Nacional.

Então, pauta-se, a partir disso a Lei 11.645/08, que inclui o estudo da história e da cultura indígena no Brasil, da Lei 11.648/08 que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio, e também a Lei 11.161/05 que determina a implantação gradativa de aulas de língua espanhola no currículo do ensino médio e faculta sua inclusão nos currículos do ensino fundamental. Por que como vamos pensar nossa identidade latino-americana se somos o único país a falar português na América Latina? Veja que tivemos muitos avanços nesse sentido do reconhecimento das identidades sociais. Então penso que a pertinência da complementaridade da valorização dos povos indígenas estando junto com a valorização dos povos africanos e afrodescendentes é de reforçar a demanda dessa luta coletiva por maior representatividade.

Agora, claro que há muitos desafios pela frente, eu falei da diferença entre currículo prescrito (o que está na Lei, nos documentos oficiais) do currículo vivido (aquele que se faz no cotidiano da escola), então cabe continuar um esforço para inserir de fato o que está nas leis no cotidiano, na prática docente dos professores, e para isso é preciso também olhar muito atentamente para a prática docente no ensino superior, os espaços formativos dos quadros profissionais, não só das licenciaturas, mas de todas as profissões. Se as questões étnico-raciais são abordadas nesses espaços, como estão sendo abordadas? Essa é uma pergunta que tenho colocado no meu horizonte de pesquisa. Avançando mais sobre essa discussão também podemos nos perguntar sobre a dinâmica política dos movimentos sociais indígenas e negros no país. Não sou um especialista na questão, mas me pergunto também como esses movimentos dialogam entre si na busca por essa afirmação das identidades culturais. Penso que o Movimento Negro e os Movimentos dos Povos Indígenas precisam unir forças para conquistar direitos e garantir que esses direitos não sofram retrocessos, como vemos percebendo com o Projeto de Lei (PL) 490, conhecido como Marco temporal, segundo a qual os povos indígenas só tem o direito de ocupar as terras que já dispunham até a data da promulgação da Constituição de 1988. O que ignora todo o avanço das demarcações posteriores, e também do avanço da construção dessa identidade no período mais recente.

Então é uma luta constante, mas acho que com a aprovação da Lei 10.639/03, também houve a possibilidade de avançar um pouco mais e incluir os povos indígenas e suas contribuições para a constituição do Brasil. Penso que o que move esses movimentos são a luta por redistribuição e reconhecimento como diria Nancy Fraser (2006), pois não estamos falando só de redistribuição de direitos econômicos e garantia por melhor qualidade de vida para todos, mas também de reconhecimento de que cada grupo também tem suas demandas particulares por reconhecimento dessas identidades. Ou seja, a luta por redistribuição exige que o Estado e as políticas públicas trabalhem para anular as diferenças, enquanto que a luta por reconhecimento, vai ao contrário, é preciso políticas públicas que trabalhem para reafirmar as diferenças. Assim, na prática é preciso ter muita atenção, inclusive no momento de formular nas práticas pedagógicas como abordar essas questões. Penso que tanto nas esferas políticas quanto educacionais é preciso construir o diálogo coletivamente com as representações desses movimentos sociais a fim de conciliar demandas coletivas, sem o perigo de retroceder ou cair nos efeitos imprevistos por essas políticas afirmativas.

**Ana Clara Damásio:** Quais são os desafios que enfrentamos para a implementação da Lei 10.639/03 em sala de aula?

**Marcelo Cigales:** São muitos e é preciso nomeá-los. Primeiro, temos uma estrutura do Estado que ainda não conseguiu (ou não tem vontade política) pensar a educação de qualidade para a população brasileira. Temos vivenciado cada vez mais uma escola dualista, aquela voltada para os filhos das classes dominantes, que obviamente pagam por essa educação, e que acessam o "conhecimento poderoso", como dirá Michael Young (2007), e aquela voltada aos filhos das classes populares, em que falta tudo: infraestrutura, carreira docente, bons salários, formação em nível superior para todos(as) os(as) docentes. Os dados estatísticos, se quiséssemos falar deles, são estarrecedores. Cada vez mais temos lidado com um percentual maior de professores temporários, porque os estados não querem abrir concurso público. É uma estratégia política de desvalorização e desmobilização da carreira docente, o que também reflete na desmobilização acadêmica de pessoas que cada vez menos querem entrar para as licenciaturas, não querem ser professores(as). Sem escola, sem professor bem formado, não temos uma educação capaz de disponibilizar não só os conhecimentos demandados pela Lei 10.639/03, mas também os saberes necessários a uma educação voltada para a cidadania, para a vida política, para a construção de um projeto de escola humanista, solidária e emancipatória. Então isso é um desafio político.

O segundo desafio é o avanço das políticas neoliberais na educação com um passo cada vez mais acelerado. O que importa para esses formuladores da política educacional, não é pensar os problemas sociais, mas formar um sujeito empreendedor de si mesmo, um cidadão acrítico, sem as ferramentas teóricas e práticas de pensar que a produção do social não é algo natural, mas construído historicamente. Essa visão de mundo muito estreita, hoje está por toda a parte, nas mídias sociais, na "indústria cultural" (Adorno, Horkheimer, 1985) e cada vez mais adentra ou tenta adentrar as escolas públicas, a Reforma do Ensino Médio demonstra bem isso. Não à toa que "projeto de vida" e "empreendedorismo" estão lá no currículo.

E terceiro, mas não último, porque vejo vários problemas, mas queria só fechar a pergunta com este, é a dificuldade com que os(as) docentes da educação básica e, incluiria aqui também, muitos colegas do ensino superior, tem em trabalhar ou abordar as questões étnico-raciais na sala de aula. Nós fizemos uma pesquisa no Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez durante a pandemia, conseguimos aplicar um questionário online com professores(as) do Distrito Federal, e me chamou muito a atenção de que há dificuldades concretas para tratar esses temas em sala de aula. Não só porque muitos(as) não são formados na área de Ciências Sociais, mas também porque abordar a temática da raça, do racismo e de outras questões como gênero e sexualidade, produz um certo "mal estar" no ambiente escolar. Em alguns casos, os(as) professores(as) relatam que a escola pediu para pular o capítulo de gênero, outras que a temática do racismo não encontrava boa aceitação por parte dos estudantes. Os dados estão divulgados no artigo que escrevi junto com o estudante do Programa de Iniciação a Docência (CIGALES, FONSECA, 2022).



Eu diria que são muitos desafios, mas que graças a uma série de avanços nas últimas décadas, da qual podemos destacar as políticas afirmativas na universidade, bem como o esforço coletivo de autores(as), editores(as), tradutores(as), professores(as) negros(as), entre outros(as), temos hoje a possibilidade de acessar mais a literatura negra. Isso ajuda a pensar a geração que está se formando hoje na universidade, e que passa a ter um olhar mais crítico sobre a relevância de estudar e continuar pesquisando as relações étnico-raciais.

Conhecer a importância de se autoconhecer a partir dessa literatura, dessas teorias e perspectivas de projetos de sociedade antirracista e feminista é um avanço muito importante. Me parece que nesse sentido tivemos resultados positivos a partir dessa luta coletiva, pensar na obra de Patrícia Hill Collins que demorou quase 30 anos para ser traduzida (Collins, 2019). Mas que hoje chega ao Brasil com outras obras muito importantes como "Bem mais que ideias" (Collins, 2022), ou ainda os livros de bell hooks (2019), as traduções de W.E.B Du Bois, (2021) e Fanon (2020), assim como as reedições de Abdias Nascimento (2016), Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (2022), ou da Coleção Retratos do Brasil Negro, coordenada por Vera Lúcia Benedito, só para citar alguns desses produtos culturais. Isso falando do campo educacional e científico, mas podemos pensar também os avanços no campo político com a eleição de uma bancada feminista negra. Claro que ainda são avanços pequenos e muitas vezes atravessados por ações muito violentas como foi o caso do assassinato de Marielle Franco e do Anderson Gomes (ainda sem desfecho jurídico sobre os mandantes e executores desse assassinato político).

**Ana Clara Damásio:** A Lei 10.639/03 implica em mudanças reais para o Ensino de Sociologia?

**Marcelo Cigales:** Como ressalté anteriormente, não acho que podemos pensar em avanços para o ensino de Sociologia na escola ou para a inclusão da Lei 10.639/03 sem pensarmos a educação da forma como está estruturada no país. São questões amplas e que requerem um debate amplo, principalmente nos rumos do ensino médio após a Reforma de 2017. Mas se pudessemos contar com um investimento amplo do campo educacional brasileiro, que refletisse na formação de professores(as), eu diria que há um grande potencial para pensarmos um ensino de Sociologia comprometido com uma educação antirracista e feminista na educação básica.

Não quero com isso invalidar o esforço que algumas pessoas fazem no cotidiano da escola ou da universidade para abordar as questões étnico-raciais de forma muito qualificada. Posso até fazer referência a uma dissertação em que fui banca, em que a autora demonstra o "ativismo institucional" de professores e gestores que se esforçam por pautar o que está na Lei (Gomes, 2022). Mas tratam-se de esforços particulares, é preciso ter um movimento mais

orgânico de inserir essas questões no currículo escolar, e para que isso ocorra é preciso investimento.

E também é preciso que o Estado se aproprie dos conhecimentos que vem sendo produzidos pela academia, quando digo academia me refiro a universidade pública, que é onde se produz a ciência no país. E a partir disso, procure melhorar as políticas públicas para a implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08. Também queria dizer o seguinte: as Ciências Sociais nos mostram que o racismo, o machismo, o colonialismo, ou seja, todas as formas de opressão e discriminação não são estruturas naturais ou estáticas. Se não são naturais, são aprendidas e incorporadas ao longo de uma socialização, é nosso compromisso enquanto professores(as) educar para uma nova sociabilidade, que tenha por base uma educação antirracista, feminista, e que supere o individualismo produzido pelo sistema capitalista. Para que isso ocorra a sociedade e os movimentos sociais precisam continuar pressionando o Estado a fazer seu dever, que é investir na educação pública e na formação de professores(as), para que essa educação voltada para a emancipação dos sujeitos possa ocorrer.

**Ana Clara Damásio:** Gostaria de acrescentar algo?

**Marcelo Cigales:** Sim, gostaria de agradecer pelo convite em realizar a entrevista. Foi muito bom pensar nessas questões. Voltando a pergunta sobre minha trajetória, é engraçado porque eu não tive nem ensino para as relações étnico-raciais, nem ensino de Sociologia no ensino médio, e hoje podendo estar falando sobre esses temas com você, penso que a docência é uma coisa linda, porque a gente está sempre aprendendo, e aprender com os estudantes, a partir de suas demandas, a partir dos seus anseios é o que move todo(a) educador(a) que leva a sério as reflexões propostas por Paulo Freire. Somos seres incompletos, e cientes de nossa incompletude que podemos aprender uns com os outros mediatizados pelo mundo. Obrigado!

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, (1985).

BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2006. Sociologia, p. 101-132.

CIGALES, Marcelo; FONSECA, Luca. Habitus docente em Sociologia: elementos pertinentes da leitura sociológica. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 58, n. 2, p. 97-109. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como Teoria Social Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um Feminismo Afro Latino Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GOMES, Danielle. *Educação para as relações étnico-raciais no Distrito Federal: a implementação do Artigo 26-A da LDB*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de Brasília. 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: UBU, 2020.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 15(14-15), 231-239. 2006.

hooks, bell. *Teoria Feminista: da margem para o centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. 3a. ed. Trad. de W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um Racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, p. 1287-1302. 2007.

***Entrevista realizada em: 29 de maio, 2023, Brasília***

***Recebido em: 13 julho de 2023***

***Aceito em: 10 outubro de 2024***